

A formação de professores para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: um estudo qualitativo.¹

Formación docente para la inclusión de niños con trastorno del espectro autista: un estudio cualitativo

Simone França de Sousa²

Ronny Diogenes de Menezes³

Recebido em: 10/07/2020

Aprovado em: 28/09/2020

Publicado em: 30/09/2020

Resumo:

Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no curso de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, voltada para profissionais que atuam com alunos com necessidades especiais na Educação Básica. Nosso objetivo, neste trabalho, foi observar a formação de professores para atuar na inclusão de crianças com necessidades especiais, dando ênfase para as portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TAE). Dessa forma para alcançarmos tal objetivo quantificamos as publicações realizadas no intervalo 2004 a 2019 que abordam a formação de professores para atuar com crianças portadoras do TAE na Educação Infantil; Analisamos os resultados encontrados em teses e dissertações que abordam a formação de professores para a inclusão de pessoas com TAE, utilizando como metodologia a pesquisa bibliográfica. Após a realização do presente artigo, foi possível concluir que os estudos que abordam a inclusão de crianças com TEA em salas regulares ainda são poucos, apesar de termos uma legislação há mais de três décadas em vigor. Ressaltamos que houve avanços neste período, no entanto, poderíamos termos atualmente uma conscientização maior dos cidadãos, se houvesse um investimento maior na educação de maneira mais sólida, tanto nas redes básicas, como o fomento na formação docente.

Palavras-chaves: Inclusão, Transtorno do Espectro Autista, Educação Básica, Formação de Professores.

Resumen:

Este trabajo es el resultado de una investigación realizada en el curso de posgrado en Educación Profesional y Tecnológica Inclusiva, del Instituto Federal de Triángulo Mineiro, dirigida a profesionales que trabajan con estudiantes con necesidades especiales en Educación Básica. Nuestro objetivo, en este trabajo, fue observar la capacitación de maestros para actuar en la inclusión de niños con necesidades especiales, dando énfasis a aquellos con Trastorno del espectro autista (TAE). Por lo tanto, para lograr este objetivo, cuantificamos las publicaciones realizadas en el período 2004 a 2019 que abordan la capacitación de maestros para trabajar con niños con TAE en Educación Infantil; Analizamos los resultados encontrados en tesis y disertaciones que abordan la capacitación de docentes para la inclusión de personas con TAE, utilizando la investigación bibliográfica como metodología. Después de completar este artículo, fue posible concluir que los estudios que abordan la inclusión de niños con TEA en las aulas regulares todavía son pocos, a pesar de que tenemos legislación vigente durante más de tres décadas. Hacemos hincapié en que hubo avances en este período, sin embargo, actualmente podríamos tener una mayor conciencia de los ciudadanos, si hubiera una mayor inversión en educación de una manera más sólida, tanto en redes básicas, como en la promoción de la formación docente.

Palabras-clave: Inclusión, Trastorno del Espectro Autista, Educación Básica, Formación de Profesores.

¹Artigo apresentado na disciplina Trabalho de conclusão de curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

²Licenciada em Letras Espanhol, professora do Ensino Básico. Especialista em Educação Especial Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (IFTM). Professora na Escola Municipal Santa Maria. E-mail: simoneiftm@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7543-9734>.

³Chefe do Departamento de Educação do Ceres / UFRN. Mestre em formação de professores –UEPB. Especialista no ensino, tradução e interpretação de Libras - Faculdade Eficaz.Licenciado em Letras - UFPE E-mail: ronny.diogenes@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0936-3081>

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

Introdução

Nota-se que há uma preocupação por parte do governo brasileiro que a inclusão das pessoas com necessidades especiais, seja respeitada em qualquer âmbito da sociedade. Ao observarmos, ao longo do tempo, conseguimos remontar uma preocupação com a inclusão principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que resguarda o direito a educação à todos os brasileiros, ditos normais ou deficientes, o que pressupõe também a educação das pessoas com necessidades especiais, quaisquer que sejam ela.

No ano de 1994, houve o encontro das Nações Unidas, em Salamanca, na Espanha onde foi elaborada a Declaração de Salamanca, a partir desse momento o mundo passa olhar a inclusão sob uma nova ótica, porque as regras de convivência com os deficientes foram equalizadas, na área da educação os estados passaram a assegurar a educação para as pessoas com deficiências, sendo essa integral, deixando de ter um local exclusivo para os deficientes todos conforme o que encontramos no seu artigo terceiro:

Art. 3. Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. (UNESCO, 1994, p. 2)

Neste documento, foi desenvolvido um tutorial que revolucionou a inclusão no mundo todo, já que houve a participação de representantes da maioria dos países do mundo e assim trouxe visibilidade ao processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. No Brasil, a lei Nº 13.146, de 06 de Julho de 2015, reforça a Declaração de Salamanca e institui o Estatuto da pessoa com deficiência, apresentando especificações em todos os âmbitos.

A declaração de Salamanca defende que os professores necessitam passar por um treinamento durante o trabalho e na sua formação também num esforço multisetorial, como se observa:

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

g) Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (SALAMANCA, 1994, p. 1)

II) a mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidades educacionais especiais. (SALAMANCA, 1994, p. 2)

Podemos observar que na declaração de Salamanca, a formação do professor é resguardada, torna-se uma obrigação na verdade, dos poderes públicos e mais que isso, um compromisso tanto da instituição na qual vai receber esse novo público alvo como as intuições de formação oferecer um aparato metodológico a inclusão na formação dos profissionais na área da educação.

Em nosso país, a lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que resulta da declaração de Salamanca, trás em seu corpo a questão da formação inicial e formação continuada dos professores, que trabalharão com a educação especial. Ela também resguarda ao aluno o direito do professor com as habilidades que ele necessitará, ou seja, o professor de apoio, o interprete, para que, num futuro próximo, suas aulas sejam acessíveis, conforme a necessidade de cada aluno, como se observa abaixo:

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; (lei Nº 13.146, p.7)

(...)

§ 2º A acessibilidade e as tecnologias assistiva e social devem ser fomentadas mediante a criação de cursos de pós-graduação, a formação de recursos humanos e a inclusão do tema nas diretrizes de áreas do conhecimento. (lei Nº 13.146, p.16)

A lei brasileira incentiva à formação continuada, estimulando os cursos de pós-graduação na área, cursos que falem da temática. Na cidade de Uberba/MG, tem a pós-graduação lato sensu em educação profissional e tecnológica inclusiva oferecida pelo IFTM⁴, e ainda temos a escola Ceopee⁵, que oferece cursos de 20h, 40h, 60h até 180h somente com as temáticas de inclusão e seu publico alvo são os professores das redes

⁴ Instituto Federal do Triângulo Mineiro

⁵ Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

públicas e centros de referência, mas entendemos que a oferta é pouca frente a demanda que a cidade possui.

Ressaltamos que este trabalho é fruto desta formação continuada, promovida pelo IFTM, e pretendemos observar neste trabalho a formação de professores para atuar na inclusão de crianças com necessidades especiais, dando ênfase para as portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TAE). Dessa forma para alcançarmos tal objetivo quantificamos as publicações realizadas no intervalo 2004 a 2019 que abordam a formação de professores para atuar com crianças portadoras do TAE na Educação Infantil; Analisamos os resultados encontrados em teses e dissertações que abordam a formação de professores para a inclusão de pessoas com TAE.

Nosso trabalho consistiu em uma análise bibliográfica com procedimento quantitativo. As teses e dissertações foram identificadas no banco de dados da Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações, publicadas entre 2004 e 2019 a partir de palavras chave: autismo, educação infantil; formação de professores.

Foram encontrados um total de treze trabalhos, sendo apenas seis trabalhos que atendiam ao estudo proposto formação de professores para inclusão de alunos com TEA na educação infantil. Os outros sete trabalhos foram excluídos por não pertencer à educação infantil, dando ênfase a outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a psicanálise, fisioterapia, enfermagem.

Notamos o quão sensível está a o processo de inclusão no Brasil, ainda hoje, já que há tantas incertezas sobre a prática pedagógica, entendemos ser essencial discutir a formação de professores da educação infantil, que atuam com crianças com Transtorno do Espectro Autista, para ampliar tais discussões acerca das práticas pedagógicas utilizadas nos últimos quinze anos e assim contribuir com o processo de inclusão de crianças com TAE.

Fundamentação Teórica

É incontestável que o perfil da Educação Infantil vem passando por um processo de heterogenização, marcado pelo processo de inclusão que passou a ganhar força no país a partir do ano 2000. Estes movimentos de inclusão são, sem sombra de dúvida, reflexos de ações robustas que surgiram ainda na década de 90, como a Declaração

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

mundial de educação para todos, resultado da Conferência Mundial de Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e, posteriormente, a Declaração de Salamanca, oriunda da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e qualidade (UNESCO, 1994).

Ao observar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponíveis no site Agência de notícias do IBGE: “No último Censo Demográfico, 45,6 milhões de pessoas declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja do tipo visual, auditiva, motora ou mental/intelectual. Apesar de representarem 23,9% da população brasileira em 2010, estas pessoas não vivem em uma sociedade adaptada.” (IBGE/LOSCHI, 2017).

Estes números implicam que a sociedade brasileira necessita passar por mudanças estruturais, psicológicas, assim, tais mudanças emergem também na formação de professores, principalmente, da Educação Infantil, pois, é o primeiro contato das crianças com a escola.

Historicamente, o atendimento educacional a crianças com deficiência era realizado apenas em instituições especiais, o que segundo os documentos produzidos na década de noventa caracterizaram este modelo segregacionista. Entendemos que as mudanças na legislação também oportunizaram a política de inclusão, no entanto, no que tange a formação de professores os currículos ainda não apresentam uma matriz capaz de abarcar toda a complexidade que a inclusão envolve.

Para Moran (2000, p. 11-17), o campo da educação está pressionado por mudança, assim como acontece com as demais organizações. Percebe-se que a educação é o caminho fundamental para transformar a sociedade. E que as mudanças na educação dependem também de termos administradores, diretores e coordenadores mais abertos, que entendam as dimensões que estão envolvidas no processo pedagógico.

E assim, o processo de inclusão torna-se um campo de discussões, como aponta Sasaki (2006).

A inclusão social, portanto é um processo de contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com necessidades especiais. (p.40)

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

No campo educacional, vem sendo discutidas as necessidades de mudanças que são pungentes, Mantoan (2003), aponta que:

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino. (p.34)

Nesse sentido, para alcançar as mudanças sinalizadas pela estudiosa, não se pode fugir das mudanças tanto da formação inicial quanto da formação continuada de professores, pois, são nestes momentos de aprendizagem que vão se construindo novas práticas de ensino, desenvolvendo novos métodos, e acima de tudo criando um novo olhar sob a temática da inclusão, que é tão importante no cotidiano escolar.

Conhecendo o Autismo

O termo *autismo* foi utilizado pela primeira vez na área da psiquiatria por Plouller, em 1906, quando estudava pacientes com esquizofrenia. O significado deste termo tem origem em duas palavras gregas “autos” que significa “em si mesmo” e “ismo” que significa “voltado para”, segundo Lira (2004) e Gomes (2007) o termo autismo significa originalmente “voltado para si mesmo”.

Com o aumento dos estudos na área médica foi possível descrever os traços do Autismo no ano de 1943, tais como, extremo isolamento, dificuldade de relacionamento com outras pessoas até mesmo da família, atraso na aquisição da fala e quando esta era adquirida a criança não a usava como um meio de se comunicar e interagir com as pessoas, excelente memória, ignoravam as pessoas e os ambientes a sua volta, comportamentos repetitivos e bizarros, comportamento obsessivo e ansioso em preservar rotinas. (GOMES, 2007; LOPES-HERRERA,2007).

Conforme a Organização Mundial de Saúde (1993) o autismo é:

- a) um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de três anos, e
- b) apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes: interações sociais, comunicação,

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

comportamento focalizado e repetitivo. Além disso, o transtorno se acompanha comumente de numerosas outras manifestações inespecíficas, por exemplo, fobias, perturbações de sono ou da alimentação, crises de birra ou agressividade (autoagressividade). (OMS, 1993, p. 367 apud SUPLINO, 2007, p.28).

Esta tem sido uma definição que auxilia no diagnóstico de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, no entanto, sabe-se da dificuldade de fechar diagnósticos, pois, há outras síndromes que possuem traços característicos muito parecidos. Nesse sentido, Júnior (2005) assevera que o “autismo é hoje considerado como uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas em consequência de um distúrbio de desenvolvimento” (JÚNIOR, 2005 apud MARTINS, 2007, p.58).

Inclusão de alunos com transtorno de espectro autista na educação infantil

Atualmente, com a preocupação da inclusão nas escolas regulares a Educação Infantil que é a primeira etapa na vida das crianças, nota-se que a cada dia as crianças vem iniciando sua vida escolar mais cedo, por diversas razões.

Desde que há registros sobre a humanidade as teorias e as práticas sociais sempre foram excludentes e afetaram a educação de forma direta. As pessoas com qualquer tipo de deficiência sempre sofreram mais, porque não podiam participar das escolas de forma nenhuma, sofriam muito, há duas décadas a traz, e continuam sofrendo, por não poderem ser incluídas nas escolas, lugar no qual sempre deveria ter sido de todas as crianças. As crianças com deficiência sempre foram vistas de diversas formas pejorativas como atrocidade, aspectos clínicos, incapazes, dentre outras e nunca como sujeitos sociais e inclusive com direito à educação.

Hoje em dias estamos passando por um processo de inclusão, que não e fácil para essas crianças que possuem alguma deficiência, e nem mesmo a escola esta preparada para recebê-los, todavia:

Entre movimentos de integração (o aluno precisa se adaptar às exigências da escola) e de inclusão (a escola é que precisa estar preparada para receber todos os alunos) a história da pessoa com deficiência se escreve entre tropeços, acertos e muita luta, seja dele mesmo, de sua família, de pesquisadores ou organizações que abracem a causa. (WELLICHAN, FALEIRO, 2017, p.1)

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

É através das lutas e de grandes movimentos, com alcance mundial, para defender uma educação para todos, inclusive para as crianças que possuem diagnóstico de autismo ou demais transtornos.

Entendemos que a principal etapa da escola é a Educação Infantil, pois ela é a primeira etapa de um ciclo que vai durar vários anos, também, acaba sendo uma das principais responsáveis pela formação dos cidadãos. Dessa maneira, necessita estar preparada para receber os alunos independentemente de suas dificuldades e diferenças, porque, é nessa fase da vida que se inicia o processo de inclusão escolar (ou exclusão). Assim os autores têm algumas perguntas que direcionam o que podemos fazer ou esperar do ensino:

Como a escola pode se organizar para receber esse aluno? E o professor, o que pode e deve fazer? Qual o papel dos pais nesse momento? Buscando atender a tais questionamentos o trabalho a seguir apresenta um breve histórico contextualizando o autismo e demais transtornos do desenvolvimento seguidos da abordagem da Educação Infantil no processo de inclusão desses alunos. (WELLICHAN, FALEIRO, 2017, p.2)

Estas indagações nos fazem refletir sobre como promover a inclusão nas escolas regulares, mas como se dá a inclusão do aluno com autismo na Educação Infantil? As crianças que são diagnosticadas com o autismo e seus transtornos são identificados como deficiências que representam uma disfunção global do desenvolvimento, encontrado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). São sintomas que ainda não há uma cura descoberta. Através dos tratamentos atuais, há uma melhoria significativa assim, possibilitando a educação formal, na qual, cabe ressaltar que o acompanhamento médico auxilia muito na educação quando feitos de forma concomitante.

Após a metade dos anos 90, com a promulgação da Constituição de 1988 juntamente com na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a educação passa ser um direito de todos, por meio dos artigos 29 e 30 a Educação Infantil (primeira etapa da educação básica), passa ser proporcionada pelas creches e em escolas de pré-escolas para todos os alunos com diagnósticos de autismo ou demais transtornos, este é o marco da obrigatoriedade da inclusão no Brasil.

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

Também temos a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que ampara as pessoas com transtorno do Espectro Autista, de acordo com o inciso IV do art.2º:

IV - o acesso:

- a) à educação e ao ensino profissionalizante;
- b) à moradia, inclusive à residência protegida;
- c) ao mercado de trabalho;
- d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, p.2)

Assim, torna-se uma exigência legal a inclusão para os casos já diagnosticados, o direito de um acompanhante, incluso na educação, sendo esse especializado, proporcionando o convívio social, não sendo o portador do TEA, obrigado ficar em casa somente com seus familiares.

Não é fácil para as crianças com diagnóstico comprovado, porque não se deve viver no achismo, mesmo porque este campo não é considerado diagnóstico. O ingresso na escola tradicional, não é, de maneira alguma, uma tarefa fácil, devido às especificidades que cada criança possui porque cada uma é de um jeito, possui características diferentes, algumas vão ter dificuldade na comunicação, outras terão dificuldade na interação social, outras terão problemas no desenvolvimento de forma geral, assim, cada um possui necessidades distintas, além disso, ainda precisa lidar com a questão da convivência com os colegas, evitar a exclusão dos colegas e até mesmo de algumas pessoas da comunidade escolar..

Para as instituições, também não é fácil assumir a inclusão, pois a escola precisa seguir as normas que regulamentam a educação inclusiva, já citadas anteriormente e outras no âmbito municipal e estadual. Contudo, necessita de buscar maneiras para cumprir o direito à educação das crianças, diante das formas jurídicas e da formação dos profissionais para que possam identificar a melhor abordagem e metodologia para ensinar as crianças com necessidades especiais.

Para que uma escola possa ser chamada de inclusiva é preciso trabalhar com afetividade desde a entrada na escola até a sua saída, porque o acolhimento é muito importante para conquistar qualquer criança, nesse sentido, a pedagogia na qual deve se trabalhar deve ser capaz de educar e incluir todas as crianças.

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

Já os profissionais e os professores que trabalham diretamente com as crianças, que lutam com as dificuldades já citadas precisam de suas práticas adequadas, principalmente os professores. Algumas escolas preferem aquele professor que já tenha experiência na área, e a formação continuada é um fator que recebe grande importância nesse contexto, pois *"na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar"* (BASILIO; MOREIRA, 2014).

Entretanto, precisamos deixar claro que a educação infantil que recebe um aluno com TEA, necessita de um profissional engajado, com um desempenho fundamentado na compreensão do que precisa e do que pode ser trabalhado em suas aulas, o profissional de estar sempre atento na observação do comportamento das crianças, trabalhar com a criatividade em elaborar as atividades promovam a interação com as outras crianças, dar ênfase nas atitudes positivas, possibilitando o desenvolvimento de cada criança.

O papel do professor, na educação infantil, é de incentivar as brincadeiras individuais e principalmente as coletivas, porque é na educação infantil que potencializa o desenvolvimento social, físico, motor e o cognitivo de maneira global, como aponta WELLICHAN, FALEIRO, (2017):

Por meio do incentivo ao brincar em suas variadas formas, a Educação Infantil possibilita não só o desenvolvimento social, como também o físico, motor e o cognitivo de maneira global, ou seja, cria condições mesmo sem ter (ou ser) o objetivo, para que as crianças alcancem com maiores habilidades o que for estabelecido no trabalho, auxiliando no processo de escolarização dela. (p.3)

As famílias nesse processo também tem um protagonismo, já que precisam trabalhar juntamente com os docentes, porque este envolvimento é fundamental para o desenvolvimento das crianças com autismo, garantindo o estabelecimento de vínculos afetivos entre o aluno e os educadores. A família deve valorizar este ciclo formativo para as crianças já que todo ser-humano está em processo de descobertas, a família deve entender que às vezes pode parecer desestruturadas as ações da criança, mas é essencial compreender essa desordem, e aceitar mudanças também.

Qualquer sinal deve ser levado em conta, desde a linguagem corporal da criança. Pode-se encontrar várias informações, às vezes seu vocabulário pode ser restrito e isto motivar sua agitação, ou levar ao isolamento demonstrando que algo não está certo. A comunicação visual auxilia muito nesse processo:

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

A comunicação visual se torna fundamental para alunos com autismo, uma vez que contribui para o ambiente estar estruturado de forma que ele compreenda e se sinta acolhido. Para isso, recursos (cartazes ou fichas comunicativas, por exemplo) que ilustrem a rotina, o uso de determinados lugares (como usar o banheiro, lavar as mãos da forma correta, guardar ou onde estão determinados brinquedos...). Materiais desse tipo estão disponíveis em diversos blogs especializados ou nos próprios sites de ONGs ou grupos do tipo. Devido as dificuldades enfrentadas, é comum também encontrar páginas na internet ou em redes sociais de mães de crianças com autismo, com dicas, sugestões de atividades ou de organização de ambientes que podem ser adaptadas para escolas e servem como fonte de ideias e uso para profissionais.(WELLICHAN, FALEIRO, 2017, p.4).

Ressaltamos que a educação infantil é o momento em que a criança começará sua vida social e esse processo não será fácil, independente de sua condição, portanto, devemos trabalhar com o autismo na educação infantil em escolas regulares, garantir a formação de profissionais para promover a inclusão.

Formação de professores no Brasil

A formação do professor é fundamental para a construção política da profissão como um ofício, a partir da institucionalização dos sistemas escolares, com vistas à constituição do magistério como uma profissão. Algumas reformulações foram realizadas na legislação vigente, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, porém não modificaram sua estrutura básica, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases.

A licenciatura em Pedagogia corresponde à formação de professores do 1º ao 4º/5º ano do ensino fundamental I e da educação infantil. No currículo: Fundamentos teóricos da educação-Didática Geral, Didáticas Específicas, Conhecimentos relativos ao Sistema Escolar e Gestão, Modalidades e Níveis de Ensino, Metodologias e Práticas de Ensino (o “como” ensinar) abrangem grande parte da proposta. A menor parte do tempo fica a cargo das disciplinas- Conhecimentos relativos à formação profissional específica, que são destinadas aos conteúdos a serem ensinados nas séries iniciais do ensino fundamental, (“o que” ensinar). O que torna evidente como os conteúdos específicos das disciplinas a serem ministradas em sala de aula não são objeto dos cursos de formação inicial do professor, ou seja, a inclusão aparece em uma disciplina apenas que deve abranger toda a complexidade, já que há diversas síndromes que podem acometer as crianças.

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

Na pesquisa “Políticas docentes no Brasil: um estado da arte” Gatti (2011), constatou que as disciplinas relacionadas à Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial apresentam abordagens mais genéricas, com poucas referências, deixando a inclusão no currículo dentro de temas transversais.

Entendemos que as atividades complementares, não são especificadas nos currículos e as disciplinas optativas ofertadas, com o caráter de formação genérica, inferem que a parte curricular para o desenvolvimento de habilidades profissionais específicas para a atuação nas escolas e nas salas de aula fica bem reduzida.

Por tudo isso, acredita-se que seja primordial para alavancar o processo de inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista na educação regular, para tanto é necessário ampliar a formação inicial e continuada dos profissionais com uma abordagem voltada para a inclusão já que são estes profissionais que vão receber os alunos na escola.

Análise dos dados

Nesta sessão trataremos dos dados encontrados após a busca realizada na BDTD e da aplicação do critério de exclusão dos trabalhos que não abordam a relação pedagógica com alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista. Como mencionado anteriormente, no intervalo entre 2004 e 2019, foram selecionados um total de seis trabalhos, como se observa abaixo na Tabela 01:

Tabela 01: Trabalhos sobre TAE

AUTOR	ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO	TESE/ DISSERTAÇÃO	TÍTULO	ANO	ÁREA
Roberta Flavia Alves Ferreira	Monica Correia Baptista	Universidade Federal de Minas Gerais	DISSERTAÇÃO	Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: o desafio da formação de professoras	2017	

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

Fernanda Aparecida de Souza Corrêa Costa	Eliana Marques Zanata	UNESP	DISSERTAÇÃO	Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil: atividades lúdicas envolvendo crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA)		Docência para a Educação Básica
Débora Mara Pereira	Débora Regina de Paula Nunes	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	DISSERTAÇÃO	Análise dos efeitos de um plano educacional individualizado no desenvolvimento acadêmico e funcional de um aluno com transtorno do espectro do autismo	2014	Programa de Pós-Graduação em Educação
Élida Cristina Santos da Silva	Theresinha Guimarães Miranda	Universidade Federal da Bahia	DISSERTAÇÃO	A prática da pedagógica na inclusão educacional de alunos com autismo	2011	Programa de pesquisa e pós-graduação em educação
Solange Maria de Lira	Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes	Universidade Federal do Rio de Janeiro	DISSERTAÇÃO	Escolarização de alunos com transtorno autista: histórias de sala de aula	2004	Programa de Pós-Graduação em Educação

Fonte: As autoras

Após a leitura dos resumos dos trabalhos, a primeira reflexão que fizemos é a de que possuímos poucos estudos acerca da formação de professores que estejam focados no Transtorno do Espectro Autista, a ver pelo reduzido número de trabalhos publicados na área. Apesar do número restrito notamos também que há estudos em quase todas as regiões brasileiras, poucos, mas algo que se manifesta como interesse com grande proporção geográfica.

Também nos fez refletir o fato de não ter nenhuma tese defendida no período de quinze anos, período que deveria ter popularizado mais o TAE, assim notamos que a área permanece carente de estudos, tendo uma gama de possibilidades para serem desenvolvidos novos olhares sobre a temática.

Passamos a apresentar os resultados dos trabalhos encontrados durante o trabalho a fim de perceber os pontos positivos que a inclusão de crianças com o TEA alcançaram até o momento.

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

O trabalho de Roberta Flavia Alves Ferreira “constatou-se que as professoras não se sentem preparadas para atuar junto a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em razão de desconhecerem particularidades da deficiência e de não terem recebido formação específica sobre a inclusão de crianças com TEA. Observamos que este estudo dialoga principalmente em relação à necessidade de se discutir a formação inicial e continuada de professores.

Este discurso é reforçado no trabalho de Fernanda Aparecida de Souza Corrêa Costa, como se observa “evidenciando que a formação inicial e continuada dos professores é primordial e contribui nos processos de inclusão escolar, inferindo-se que a escola para todos ainda está em construção quanto à implantação, organização e execução das práticas pedagógicas inclusivas.”.

Débora Mara Pereira demonstra, que “os resultados indicaram mudanças qualitativas e quantitativas na participação do estudante nas tarefas acadêmicas e funcionais após o programa de intervenção”, ou seja, houve uma resposta positiva após um trabalho realizado com critérios pedagógicos simples, como o Plano Educacional de Intervenção, no entanto, exige a formação adequada para a realização de tal procedimento.

Outro ponto que surge constantemente ao pensar na inclusão é a infantilização, no trabalho de Solange Maria de Lira observou-se que “esta condição era expressa por uma concepção assistencialista e protecionista que vigorava em sala de aula através do oferecimento de tarefas infantilizadas a alunos jovens e adultos.” Assim, a formação é imprescindível para a adequação do material pedagógico.

O trabalho de Élide Cristina Santos da Silva revela, que “a referida inclusão é ainda uma realidade nova para as professoras que fizeram parte desta pesquisa e que o desconhecimento acerca da Educação Inclusiva e das especificidades apresentadas pelas pessoas com a síndrome, aliado ao desenvolvimento de uma prática que se baseia no modelo tradicional de ensino dificultava uma intervenção adequada por parte dos professores”. Nota-se nos trabalhos apresentados que é preciso ampliar o acesso a cursos de formação continuada para aperfeiçoar o processo de inclusão no país.



SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

Conclusão

Após a realização do presente artigo, é possível concluir que os estudos que abordam a inclusão de crianças com TEA em salas regulares ainda são poucos, apesar de termos uma legislação há mais de três décadas em vigor. Ressaltamos que houve avanços neste período, no entanto, poderíamos termos atualmente uma conscientização maior dos cidadãos, se houvesse um investimento maior na educação de maneira mais sólida, tanto nas redes básicas, como o fomento na formação docente.

Também ficou evidenciado que a formação dos professores que atuam com crianças que apresentam TEA, ou algum outro tipo de necessidade especial, em sua maioria, não possuem formação para lidar com as adversidades que os alunos possam manifestar, principalmente por não ter um currículo adequado à inclusão na formação docente.

Nesse sentido, conclamamos os educadores a ampliar sua formação para atuar com alunos portadores do TEA, sabemos da sobrecarga que é atribuída aos educadores, no entanto, entendemos que seja papel deste profissional oportunizar educação de qualidade, portanto, o professor é aquele que sempre busca ampliar seu olhar, seu conhecimento para obter um repertório contundente, dentro de sua área de atuação.

Faz-se necessário também aperfeiçoar os currículos, tanto nas universidades, quanto nas escolas que atendem estes alunos, a fim de, que se inicie uma mudança no paradigma da inclusão, para que ela deixe de ser uma simples obrigação legal. Cabe, novamente, ao professor denunciar, criticar e repudiar práticas excludentes e ineficazes sobre a inclusão de crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista.

Referencias

FERREIRA, N. S. A. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n° 79, Agosto/2002. P.257-272,

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. **Política educacional e políticas docentes**.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011, p. 31-48. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf> Acesso em 16/02/2020.

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

GOMES, Camila G. S. **Desempenhos emergentes na aquisição de leitura funcional de crianças com autismo.** 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2128. Acesso em 10/02/2020.

LAGO, Mara **Autismo na escola: ação e reflexão do professor.** 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13077>. Acesso em 10/02/2020.

Legislação Informatizada - LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html> acesso em 29 de abril de 2020.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm acesso em 29 de abril de 2020.

LIRA, Solange M. de. **Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula.** 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes\[\]=18&processar=Processar](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes[]=18&processar=Processar). Acesso em 26/02/2020.

LOSCHI, M. **Pessoas com deficiência: adaptando espaços e atitudes**, Agencia IBGE – 2017. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/16794-pessoas-com-deficiencia-adaptando-espacos-e-atitudes> Acesso em: 20/03/2020

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, Mara R. R. **Inclusão de alunos autistas no ensino regular: concepções e práticas pedagógicas de professores regentes.** 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/?p=10164>. Acesso em 26 abril 2010.

SUPLINO, Maryse H. F. de O. **Retratos e imagens das vivências inclusivas de dois alunos com autismo em classes regulares.** 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/teses/pdf/suplino_doutorado.pdf. Acesso em 21/02/2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 23/02/2020.

WELLICHAN, Danielle S. P., FALEIRO Renata M. C. Publicado em 2017. **"O Autismo na Educação Infantil"** em Só Pedagogia. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2008-2020. Consultado em 29/04/2020 às 15h27min. Disponível na Internet em <http://www.pedagogia.com.br/artigos/autismoinfantil/>

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.

Como citar este artigo (ABNT)

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.; **A formação de professores para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: um estudo qualitativo.** Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. X, n. X, p. XXX-XXX, 2020. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

SOUSA, S. F.; MENEZES, R. D.; (2020). **A formação de professores para a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista: um estudo qualitativo.** Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.



INICIAÇÃO
&
FORMAÇÃO
DOCENTE

